

Comerciantes ignoram proibição do GDF

Paulo de Araújo

Existem hoje cerca de dois mil estabelecimentos comerciais invasores de espaços públicos na Asa Sul — um número 30 vezes maior que na Asa Norte.

A afirmação é do Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (IPDF).

“Isso se deve a um padrão cultural. Não se pode falar em má-fé porque a prática é generalizada”, afirmou o presidente do IPDF, Luiz Philippe Torelly. Para ele, o problema só poderá ser solucionado por etapa. “Se formos partir para a briga, vamos acabar nos indispondo com todo mundo”, contou.

Segundo Torelly, a própria geografia de Brasília, com muitas áreas verde, favoreceu a proliferação de invasões nas áreas públicas. “Em nenhuma outra cidade do país encontramos com problemas dessa natureza”, explicou.

Torelly também acusa a conivência dos governos anteriores, que permitiram a ocupação irregular dos espaços públicos. “Principalmente no governo Roriz, quando houve prevaricação”, afirmou.

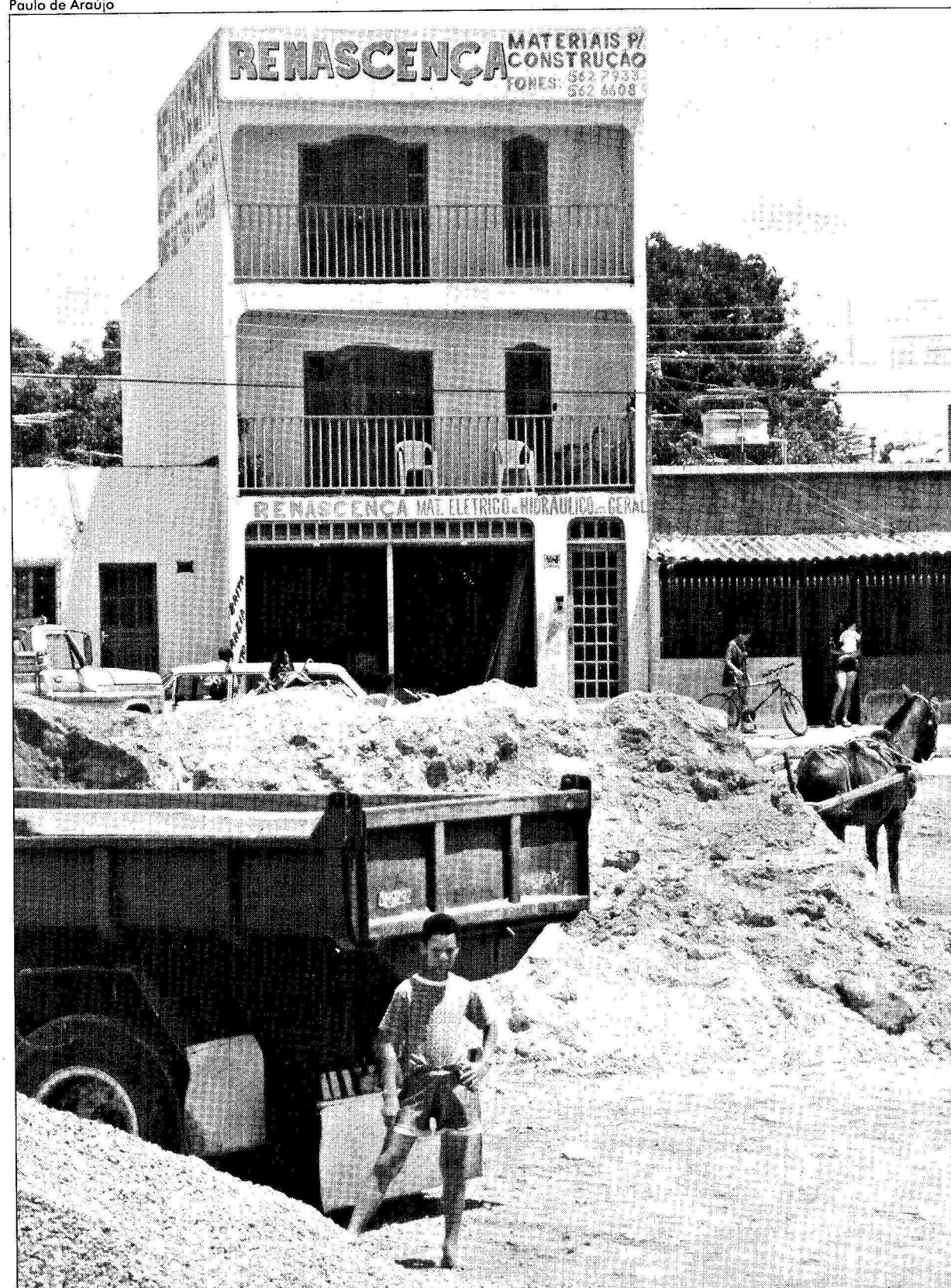
Depósitos — Praças que se transformaram em depósito de materiais de construção, calçadas que se tornaram extensão de bares e restaurantes, áreas verdes cercados por grades. Assim foram adquirindo novos contornos as áreas públicas do Distrito Federal.

Para pôr limites nas ocupações irregulares, o Governo do Distrito Federal (GDF) baixou, em dezembro de 1995, o decreto nº 17.079, autorizando a cobrança de taxa pela utilização de áreas públicas do Distrito Federal.

A maior parte das administrações regionais já está tomando providências para obedecer as determinações do decreto.

No Plano Piloto, o administrador Walter Ney Peninha dispõe de 50 homens para fiscalizar as áreas públicas. Até 1994, foram levantados 1.518 imóveis comerciais e 700 residenciais invasores de áreas públicas.

Com base nesse decreto e em cumprimento ao ofício 09 de janeiro de 1995 da vice-governadora, Arlete Sampaio, que determina que nenhum imóvel comercial poderá invadir a área pública, Peninha manda demolir as construções irregulares.



Moradores de Taguatinga reclamam dos entulhos deixados pelo comércio da cidade, que transforma áreas em depósitos